



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 278/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11332/2015.

Aposos: Processos nºs 11322/2015 e 12153/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM.

4- Exercício: 2010.

5- Responsáveis: No período de 01.01.2010 a 22.04.2010 - Diretor-Geral Robson Rogério Teles Bezerra (gestão do Prefeito Edson Bastos Bessa) e, no período de 23.04.2010 a 31.12.2010 - Diretora-Geral Diozeth do Livramento Siqueira (gestão do Prefeito Angelus Cruz Figueira).

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 1208/2014 (fls. 592/596).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2650/2014-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 570/596).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM. Exercício de 2010.

*Contas regulares (período de 01/01 a 22/04/2010).
Recomendação à origem.*

Contas irregulares (período de 23/04 a 31/12/2010). Glosa. Alcance. Multa. Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Instauração de Cobrança Executiva. Envio de cópia dos autos ao MPE. Determinação ao responsável. Oficiar o Ministério da Previdência.

Arquivamento dos Processos 11322/2015 e 12153/2014.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 278/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.1 - Julgar a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru - FUNPREVIM referente ao PERÍODO DE 01/01 A 22/04 DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010, de responsabilidade do Sr. EDSON BASTOS BESSA – Prefeito Municipal de Manacapuru e do Sr. ROBSON ROGÉRIO TELES BEZERRA REGULARES COM RESSALVAS, conforme o art. 22, II da Lei n.º 2.423/96- Lei Orgânica do TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas nesta instrução, ex vi do art. 71, II da Constituição Federal c/c art. 40, II da Constituição Estadual e art. 1.º, II, art. 2.º e 5.º da Lei n.º 2.423/96;

9.2 - Recomendar à origem que providencie a Declaração de Bens dos servidores ocupantes dos cargos comissionados.

9.3- Julgar IRREGULAR a Prestação de Contas do Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM, PERÍODO DE 23/04 A 31/12 DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010, de responsabilidade da Sra. DIOZETH DO LIVRAMENTO SIQUEIRA e do Sr. ÂNGELUS CRUZ FIGUEIRA, com fulcro no Art. 22, III, alínea “b da lei 2423/96;

9.4- Determinar a Glosa dos valores referentes às guias de recolhimento de IRRF dos meses de outubro e novembro, que juntas somam R\$ 19.360,45 (dezenove mil, trezentos e sessenta reais, quarenta e cinco centavos), com fundamento no art. 304, inciso III, da Resolução nº 04/2002, em razão da apresentação de documentos probatórios sem validade, devido a constatação que as guias de recolhimento de IRRF dos meses de Outubro e Novembro não contêm autenticação mecânica;

9.5- Considerar em alcance o Sr. Ângelus Cruz Figueira – ex Prefeito Municipal de Manacapuru e a Sra. Diozeth do Livramento Siqueira – ex Gestora do FUNPREVIM, no valor de **R\$ 5.532.488,17 (cinco milhões, quinhentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos) e **determinar a imediata devolução ao órgão de origem** – FUNPREVIM, referente ao saldo devedor do Contrato Mútuo Financeiro realizado entre o Fundo de Previdência Social do Município de Manacapuru – FUNPREVIM) e a Prefeitura Municipal de Manacapuru. Valor já atualizado conforme multa e juros contratuais e correção monetária pelo IGP-M, até 31/03/2015;**

9.6- Aplicar multa individual no valor de **R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), ao Sr. Ângelus Cruz Figueira – ex Prefeito Municipal de Manacapuru e a Sra. Diozeth do Livramento Siqueira – ex Gestora do FUNPREVIM, nos termos do artigo 308, VI da Resolução 04/2002-TCE por prática de atos com grave infração as normas legais;**

9.7- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, os valores das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 278/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.8- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres do Fundo Previdenciário de Manacapuru dos **valores de glosas e alcance** impostas aos responsáveis, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste tribunal de Contas;

9.9- Representar contra o Sr. Ângelus Cruz Figueira – ex Prefeito Municipal de Manacapuru e a Sra. **Diozeth do Livramento Siqueira** – ex Gestora do FUNPREVIM no período de 23/04/2010 a 31/12/2010 ao Ministério Público Estadual, enviando-lhe cópia integral do autos, para que adote as medidas que entender pertinentes;

9.10 - Que seja oficiado ao Ministério da Previdência para que fique ciente da má gestão previdenciária local;

9.11- Determinar o arquivamento dos Processos nºs. 11322/2015 e 12153/2014, por perda de objeto, em razão matéria em questão ter sido retratada no Processo nº 2.062/2011 digitalizado e transformado nos presentes autos (Processo 11.332/2015).

10- Ata: 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 05 de abril de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral